

## ATA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e oito (09.06.2008), às quatorze horas e trinta minutos (14h30min), no plenário dos Colegiados, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para sua 20ª (vigésima) Sessão Ordinária, sob a presidência da Drª. Leila da Costa Vilela Magalhães. Registrou-se as ausências justificadas dos Drs. José Omar de Almeida Júnior, Vera Nilva Álvares Rocha e Elaine Marciano Pires. Verificada a existência de *quorum*, a Presidente declarou aberta a sessão, dando conhecimento da **pauta**, que consistiu em: 1) Apreciação de Ata; 2) Autos nº. 005/2008 – Processo Administrativo Sumário nº. 007/2007; 3) Autos nºs. 003/2007 e 008/2007 – atribuições das Promotorias de Justiça Criminais, e Infância e Juventude da Capital (Comissão de Assuntos Institucionais); 4) Minuta do quadro de atribuições (Mem. nº. 371/2008/DEPGJ); e 5) Outros. Antes de adentrar à pauta, porém, a Presidente apresentou ao colegiado o novo **Diretor de Inteligência** deste *parquet*, Coronel Edison Pereira Nunes, que, ao fazer o uso da palavra, agradeceu a todos pela oportunidade e teceu suas considerações sobre a pasta. Em seguida, o Dr. Cesar Augusto Margarido Zaratini, Coordenador do Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas – GECOC, expôs os motivos pertinentes à criação da Diretoria de Inteligência e defendeu a nomeação do Coronel Nunes. Após, os demais membros do Colegiado deram as boas vindas ao novo diretor e teceram seus elogios à escolha feita pela Procuradora-Geral de Justiça. Dando prosseguimento, a Drª. Leila Vilela apresentou proposta de **alteração do Ato PGJ nº. 014/2008**, de vinte e sete de março de dois mil e oito (27.03.2008), que dispõe sobre o sistema de indicações de Membros do Ministério Público para atuação perante a Justiça Eleitoral de primeira instância, com vistas a adequá-lo à Resolução CNMP nº. 30, de dezenove de maio de dois mil e oito (19.05.2008). Feitas as devidas considerações, a proposta restou acolhida à unanimidade. Em seguida, em apreciação, a **Ata da 31ª Sessão Extraordinária** restou aprovada à unanimidade. Logo após, realizou-se a distribuição dos **Autos nº. 005/2008**,

referentes ao Processo Administrativo Sumário nº. 007/2007, ao Dr. Alcir Raineri Filho, para relatoria. Dando prosseguimento, a Comissão de Assuntos Institucionais apresentou proposta no sentido de se postergar a apreciação dos **Autos nºs. 003/2007 e 008/2007**, referentes a mudanças nas atribuições das Promotorias de Justiça Criminais e Infância e Juventude da Capital, respectivamente, até a conclusão da revisão do Quadro Geral de Atribuições, a qual foi acatada à unanimidade. Em seguida, a Presidente determinou o encaminhamento da **Minuta do Quadro de Atribuições** à Comissão de Assuntos Institucionais, para estudo. Após, o Sr. Alan Furtado da Silva, Presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público do Estado do Tocantins – ASAMP, fez uso da palavra para levantar questão acerca da progressão horizontal e a produtividade, tendo, a Dr<sup>a</sup>. Leila Vilela, feito os esclarecimentos pertinentes. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada às dezesseis horas e vinte minutos (16h20min), do que, para constar, eu, \_\_\_\_\_, José Demóstenes de Abreu, lavrei a presente, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

Leila da Costa Vilela Magalhães

Alcir Raineri Filho

Angélica Barbosa da Silva

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu

Clenan Renaut de Melo Pereira

Ricardo Vicente da Silva

Cesar Augusto Margarido Zaratini

Marco Antônio Alves Bezerra